



IMPrensa, ABORTO E INFÂNCIA NO BRASIL (1995-2009): A PERSPECTIVA DA REVISTA VEJA

Silvia Maria Fávero Arend¹

Considerações Iniciais

O problema da interrupção voluntária da gravidez pelas mulheres, ou, do aborto, esta presente na sociedade brasileira há longa data. O tema do aborto, todavia, torna-se atual na medida em que os números relativos à mortalidade materna na sociedade brasileira ainda são altos se comparados a outros países considerados desenvolvidos. Segundo a socióloga Lucila Scavone², alguns indicadores têm apontado que o aborto ocupada os primeiros lugares entre as causas das mortes maternas no Brasil, nos últimos quinze anos. Mortes estas, em grande parte, vistas como evitáveis. Neste contexto, cabe destacar que uma das maiores causas de mortalidade materna são, justamente, os processos de aborto mal-sucedidos que, em geral, são feitos sem condições de saúde e higiene adequadas, tendo em vista a ilegalidade da prática social e a ausência de recursos adequados que as mulheres pobres, ao contrário daquelas de classe média e alta, dispõem. Por estes motivos a saúde sexual e a reprodutiva, que inclui o tema do aborto, tem sido prioridade na agenda dos movimentos de mulheres e Feminista, no movimento sanitarista e, também, no plano das políticas públicas (Ministério da Saúde e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres), não apenas no Brasil, mas de inúmeros outros países.

Além de um problema relativo à saúde pública, a questão do aborto na sociedade brasileira “coloca em cena” a relação existente entre as apropriações do corpo feminino, a gestão da população e as relações de poder seja do ponto de vista da micro política, seja da macro política. Os discursos, conforme afirma Michel Foucault, produzem práticas em nível individual e coletivo. A difusão de determinados discursos pró aborto ou natalistas pela imprensa pode levar a opinião pública a apoiar/desaprovar os projetos de lei que prevêm a descriminalização parcial ou total desta prática social.

¹ Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

² SCAVONE, Lucila. Les paradoxes des droits reproductifs au Brésil: avortement et stérilisation féminine. *Cahiers du Genre* n. 25, Paris, L'Harmattan, 1999, p.123-138.



A imprensa, entendida como formadora da chamada opinião pública, possui um papel fundamental no debate relativo ao aborto no Brasil, especialmente, desde a década de 1980. Através da mesma as “vozes autorizadas”, ou seja, os diferentes saberes e ideários travam disputas onde constroem sujeitos, descrevem cenários sociais e edificam (ou ratificam) noções filosóficas/morais antigas e novas acerca de vida e de morte. Neste caso estão “em jogo” no campo macro político a reformulação ou não da legislação e a adoção de políticas relativas à saúde da mulher.

Neste artigo apresentamos análises preliminares sobre a visão que a revista *Veja*, considerado como um dos principais periódicos informativos do Brasil, veiculou sobre o tema do aborto, entre 1995 e 2009. A revista *Veja*, foi criada em 1968, pelos editores Victor Civita e Mino Carta, sendo publicada pela Editora Abril. Atualmente, o número de exemplares publicados pode chegar a um milhão. Estas cifras fazem com que a revista seja considerada o periódico de maior circulação do Brasil. Os leitores da referida revista são oriundos, sobretudo, da chamada camada média urbana. O “apoio” ou concordância em relação a determinadas práticas sociais por este segmento populacional, conforme mostra a História do Brasil recente, é fundamental para que a legislação possa ser alterada. Podemos citar como exemplos o caso da lei do divórcio, ou então, da chamada lei da União Estável. Este fato demonstra a importância do discurso jornalístico veiculado na referida revista sobre a temática do aborto.

Analisaremos o discurso emitido pela imprensa, entre 1995 e 2009, em função de questões de várias ordens. Neste período, o debate no Brasil entre os movimentos sociais pró e contra aborto se acirra devido a um conjunto de fatores: a emergência das novas tecnologias reprodutivas levou a sociedade a discutir as noções de vida e morte; a despenalização desta prática em outros países católicos (Portugal); a adoção de religiões pentecostais, que defendem o planejamento familiar, por um número significativo de pessoas das camadas populares no país; a presença na atual administração federal de pessoas oriundas do Movimento Feminista pró-aborto.

A prática social do aborto e a gestão da população no Brasil

O filósofo francês Michel Foucault (1979), ao tentar compreender a relação existente entre a formação do Estado moderno, o controle da população e a segurança, infere sobre o papel instrumental desempenhado pela família, desde o final do século XVIII, na sociedade ocidental. A partir deste período, a população passa a ser considerada a principal riqueza de um país, sendo necessária para o povoamento das colônias européias na América, Ásia e África, bem como para trabalhar nas fábricas que começavam a surgir nos centros urbanos. É de suma importância lembrar



que a mortalidade infantil, neste período, era extremamente alta em todos os grupos sociais, fossem eles citadinos ou rurais.

As relações sociais que se estabelecem então entre os membros da família se tornam fundamentais no processo de transformar a criança em uma pessoa adulta saudável. Para as mulheres são atribuídas duas funções: a de mãe e a de dona-de-casa. A mãe/dona-de-casa se tornou responsável pela maternagem e educação das crianças, assim como pelo gerenciamento e/ou execução das atividades que se sucedem no âmbito do espaço doméstico. Aos homens, por sua vez, é atribuída à função de provedor do lar responsável pelo sustento da esposa e filhos e pagamento das demais despesas relativas ao doméstico.

A transformação da mulher em mãe devotada à prole (inclusive desde antes de seu nascimento) implicou em um conjunto de procedimentos em diferentes campos. Em primeiro lugar, na invenção e, posterior difusão, através dos discursos médico, religioso, psicológico e jurídico do ideário do amor materno. A condenação social da prática de expor as crianças, também foi fundamental neste processo, uma vez que, paulatinamente, as Casas dos Expostos “fecharam as suas portas” e outras políticas sociais de proteção a infância foram implementadas. No âmbito da Medicina verificamos o nascimento de novos campos de estudo: a Ginecologia, a Obstetrícia, a Pediatria e a Puericultura. E no campo do Direito Penal ocorre a criminalização das práticas do infanticídio e do aborto. Foi, sobretudo, durante o século XX que este quadro relativo à introdução e difusão da norma familiar burguesa para os diferentes grupos sociais se estabeleceu na sociedade brasileira.

Desde o período colonial até os dias atuais, no Brasil, mulheres, de diferentes camadas sociais, realizam aborto como uma prática contraceptiva. Em 1890, no primeiro Código Penal da república, o aborto passou a ser punido pelos representantes do Estado. Posteriormente, no Código Penal de 1940, vigente atualmente, as penalidades permaneceram presentes na lei. O aborto legal, todavia, poderia ser realizado somente nos casos em que a gestante corre risco de vida ou a pessoa sofrera violência sexual.

A partir de 1970, tendo em vista o discurso Feminista, entidades sociais começam a debater a possibilidade de legalização do aborto no país. Nas décadas de 1980 e 1990 foram apresentados vários projetos de lei nesse sentido. Apesar desta legislação não ter sido aprovada, foi instalada no país uma rede de atendimento vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS) para a realização do aborto legal. Neste mesmo período, observamos uma mudança no âmbito discursivo. O debate em torno do tema se amplia, principalmente a partir das Conferências Internacionais sobre a Mulher



(Cairo, 1994 e Pequim, 1995), quando a questão da saúde feminina passa a fazer parte da agenda dos Direitos Humanos.

O discurso pró-criminalização do aborto também recebeu reforços com a vinda dos dirigentes da Igreja Católica Apostólica Romana para o Brasil em 1995 e em 2007 e com a campanha da fraternidade, cujo lema era “quem ama não mata”. O plebiscito que iria ser realizado pelo governo federal, através da Justiça Eleitoral, sobre o tema foi “engavetado”. Em 2005, foi elaborado por uma comissão formada por representantes do governo e sociedade civil um projeto de lei que propõe a descriminalização do aborto que está sendo discutido no Congresso Nacional.

Por fim, no que tange a prática do aborto podemos afirmar que esta se transformou a partir da utilização pelas mulheres, na última década, do medicamento conhecido popularmente como Citotec.

Os estudos gênero e o tema do aborto

Na área das Ciências Humanas os pesquisadores/as têm se valido do uso combinado ou alternado de metodologias variadas a fim de investigar a diversidade das práticas reprodutivas e de interrupção da gravidez, tais como, entrevistas estruturadas ou semi-estruturadas, observação participante, histórias orais e de vida, pesquisa documental, etc. Essa pluralidade de estratégias metodológicas demonstra o quão complexa é a investigação do tema aborto. Tema que se revela potencialmente instigante para se pensar as relações de poder macro e micro políticas, bem como as múltiplas faces da cultura e de como as representações sociais nela produzidas são contraditórias.

Desde a década de 1970, as acadêmicas feministas objetivaram dar “visibilidade” às mulheres na História. Este movimento resultou na chamada História das Mulheres e, posteriormente, nas obras de cunho historiográfico produzidas sob o enfoque das relações de gênero. Os estudos históricos relativos à família e a infância, que emergem neste mesmo período, também contribuíram sobremaneira neste mesmo sentido.

Na historiografia brasileira, produzida a partir da década de 1980, há um número significativo de obras que trata da introdução da norma familiar burguesa para as elites e, depois, para os outros grupos sociais desde o século XIX. A temática do aborto está presente, sobretudo, nos escritos que analisam os discursos médico-higienistas, os discursos jurídicos e os discursos da imprensa. De maneira geral, estes historiadores/as demonstram como esta prática foi sendo desqualificada pelos representantes do Estado brasileiro para, posteriormente, ser criminalizada nos Códigos Penais de 1890 e 1940.



No conjunto de obras produzidas sob a matriz teórica dos estudos de gênero e História das Mulheres a temática do aborto esta presente nos estudos que investigam as práticas reprodutivas, sexuais e relativas à maternidade desde o século XVIII na colônia e, depois, no Brasil. Entre estas obras destacam-se a de Fabíola Rohden³ e a organizada por Joana Maria Pedro⁴ por tratarem mais diretamente do tema. Nesta última, as autoras, apresentam reflexões bastante densas sobre os discursos da imprensa nacional e catarinense acerca do aborto entre 1930 e 1995. Neste período histórico, as “vozes autorizadas” da religião católica e da Medicina eram as que referendavam o debate sobre esta prática social.

Para a historiadora norte-americana Joan Scott, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”⁵. A pesquisadora sugere que o gênero, enquanto categoria de análise, implica em quatro elementos articulados entre si: “os símbolos culturalmente disponíveis”; “os conceitos normativos” binários expressos na doutrinas religiosas, educativas, jurídicas, etc; a relação desse processo construído historicamente com determinada organização social e política; e, por fim, o gênero produzindo identidade subjetiva. Neste artigo centraremos o foco, sobretudo, no segundo e no terceiro elemento.

Nas páginas da revista Veja: visões sobre o aborto

A revista *Veja* foi publicada, semanalmente, deste o momento de sua criação em 1968. Sua proposta editorial buscava debater os denominados fatos do cotidiano ocorridos no país e em nível internacional a partir de uma perspectiva jornalística informativa-objetiva. Esta questão é importante de ser observada, pois a imprensa brasileira, a partir da década de 1950 passou por um processo de modernização, conforme afirma Ana Paula Goulart Ribeiro:

A afirmação da hegemonia da informação objetiva não significou a eliminação do espaço opinativo, literário ou mesmo ficcional no interior dos jornais. Ao contrário, os lugares dedicados a estes gêneros discursivos foram revalorizados. As crônicas e as colunas assinadas, por exemplo, receberam grande impulso, conformando-se definitivamente como gêneros jornalísticos. Principiou-se, entretanto, uma separação clara -- marcada editorial e graficamente -- entre informação, transmitida “objetiva” e “imparcialmente”, e o comentário pessoal e a opinião, que, apesar de valorizados, passaram a ter seu poder heurístico atenuado.⁶

³ ROHDEN, Fabíola. *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

⁴ PEDRO, Joana (Org.) *Práticas Proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

⁵ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, v. 16, n. 2, 1990, p. 14.

⁶ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos de 1950 – 1970. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. et alli (Org.) *História e imprensa*. Representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006, p. 427.



Entre 1995 e 2009, não observamos mudanças no que tange aos temas abordados pelos artigos da revista *Veja*. São eles: questões relativas ao universo da política nacional e internacional; os fatos relativos a área da economia; as práticas sociais que se dão no campo do chamado comportamento; as mudanças em determinados discursos, tal como, o da religião; e as atividades ligadas ao denominado setor cultural (cinema, literatura, diversão, etc). Além destes artigos redigidos sob a perspectiva informativa-objetiva, o periódico apresenta a seção carta dos leitores e, em número bastante reduzido, artigos de caráter opinativo. Não observamos também grande alteração no projeto gráfico da revista neste período de tempo (capa, sumário, artigos, publicidade, etc). Vale destacar que a quantidade de publicidade veiculada na revista aumentou bastante a partir do final da década de 1990.

Entendemos ser necessário antes de realizarmos comentários sobre as reportagens da revista *Veja*, explicitarmos o nosso entendimento em relação a análise do discurso. O discurso, para Michel Foucault, não deve ser entendido como apenas um conjunto de signos portador de uma verdade. Para o referido autor é preciso conhecer a historicidade do mesmo e as relações de poder que o constituíram. Tendo em vista esta premissa Foucault, lançou o questionamento: “O que há de tão perigoso nas pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente?”⁷. O autor responde a sua indagação na obra *A Ordem do Discurso*:

A história não nos cessa de ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.⁸

O discurso, para o referido autor, é ainda acompanhado por um “ritual” de qualificação onde um conjunto de enunciados engendra os sujeitos. Na obra *A Ordem do Discurso*, Foucault discorre sobre enunciados ao tratar das disciplinas. As disciplinas, tais como a Medicina e a Botânica, constroem enunciados. Uma proposição construída fora de determinada lógica colocada pelos enunciados, por exemplo, será considerada credence popular.

Na obra *a História da Sexualidade*, o autor apresenta o seu entendimento sobre o conceito de poder. Para o mesmo, o poder não pode ser considerado um sistema de dominação exercido por um grupo social sob outro, nem um mecanismo de instituições de direito ou do Estado, mas sim como jogo de forças, de estratégia, de lutas e afrontamentos, de defasagens e contradições que, aí sim refletem no sistema institucionalizado.

A temática do aborto foi tratada na revista *Veja* em artigos de forma isoladamente, ou então, em reportagens que debatiam outros temas, tais como, a família, religião, sexo, juventude, novas

⁷ FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 8.

⁸ FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 10.



tecnologias reprodutivas, etc. Neste período duas grandes reportagens abordaram o tema com perspectiva diferenciada, como veremos posteriormente. Nas matérias publicitárias, por sua vez, não verificamos nenhum anúncio que fizesse menção a esta prática social. Pelo contrário, de maneira geral, as referidas peças publicitárias (textos e imagens) foram desenvolvidas a partir do ideário da norma familiar burguesa.

Ao longo da análise constatamos que o discurso enunciado pela revista *Veja*, entre 1995 e 2009, sobre a temática possui três características a saber: a difusão do que ocorre no cenário internacional sobre a questão, a construção do discurso jornalístico a partir do enunciado por outros discursos, em especial, o da Medicina, e mudança de perspectiva em relação ao visã da mulheres neste processo histórico.

De maneira geral percebemos que as discussões ocorridas em âmbito internacional no período foram noticiadas, muitas vezes, com certo destaque. Foram realizadas reportagens sobre as conferências internacionais sobre a Mulher e a População, os debates pró-aborto ocorridos em países de maioria católica, tais como, Espanha e Portugal, o cenário norte-americano, etc. Entendemos que a seleção dos temas para serem noticiados na imprensa possui um caráter político, especialmente, em relação aos que geram tanta polêmica como o aborto. Neste sentido, a descrição do ocorrido, em nível internacional, no que tange ao aborto tinha o objetivo de demonstrar para a acamada média brasileira que as práticas sociais podem ser alteradas.

Desde o final da década de 1990 a revista *Veja* procurou informar os seus leitores sobre o que há de novo no campo da Medicina. Encontramos uma grande quantidade de matérias sobre as novas tecnologias reprodutivas, acerca da saúde preventiva, das novas técnicas cirúrgicas, etc. Nas reportagens que abordam o tema do aborto, o discurso da Medicina se sobrepõe a outros discursos, tais como, o da religião ou o jurídico-político. Esta questão é de fundamental importância, pois o discurso médico apresentado no periódico, paulatinamente, passou a abordar a questão a partir da perspectiva da saúde das mulheres e das políticas públicas.

Por fim, como afirmamos anteriormente, duas grandes reportagens trataram do tema do aborto no período. A primeira apresentava um conjunto de mulheres, em sua maioria, pessoas oriundas do universo midiático, afirmando que tinha realizado a aborto. Esta concepção de reportagem foi “copiada” de revista francesa. Na segunda grande reportagem os protagonistas das ações eram os médicos e médicas, que se posicionavam favoráveis a discussão do tema a partir da perspectiva das políticas públicas. Temos mais ou menos um hiato de 10 anos entre a primeira e segunda reportagem. Observamos que as visões relativas às mulheres foram modificadas. Enquanto



na primeira matéria estas são apresentadas como protagonistas, na segunda, estas aparecem como vítimas de todo um processo muito mais amplo. Esta última perspectiva esta mais próxima do apregoadado pelo Movimento Feminista.

Conforme afirmamos, na introdução deste artigo estas são considerações preliminares acerca do discurso enunciado na revista *Veja* entre 1995 e 2009. Entendemos que a descriminalização do aborto, para além da saúde da mulher, possivelmente gerará impactos também sobre as políticas sociais instituídas para crianças e jovens vítimas de violência sexual/exploração sexual e na área dos direitos humanos.

Bibliografia

AREND, Silvia Maria Fávero. Paradoxos do Direito de Família no Brasil (Uma análise á luz da História Social da Família). In: SOUZA, Ivone M. C. Coelho. *Casamento, uma escuta além do Judiciário*. Florianópolis: Editora Voxlegem, 2006, p. 103-115.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARSTED, Leila Linhares. Legalização e descriminalização do aborto no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, RJ: IFCS/UFRJ, 1997. p.376-389.

COSTA, Jurandir F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

DINIZ, Débora & RIBEIRO, Diaulas Costa. *Aborto por anomalia fetal*. Brasília: Letras Livres, 2003. 149 pp.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. *História da sexualidade. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

_____. *A ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GREER, Germaine. *Sexo e destino: a política da fertilidade humana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

KNIBIEHLER, Yvonne. *Histoire des mères et de la maternité en occident*. Paris: PUF, 2000.

LEAL, Ondina F. e LEWGOY, B. Pessoa, aborto e contracepção. In: LEAL, Ondina(Org) *Corpo e Significado: ensaios de antropologia social*. Porto Alegre, Editora da UFRGS: 1995, p. 57-76.

MOTTA, Flavia de Mattos. *Sonoro Silêncio*. Por uma história social do Aborto. Relatório Final. II Programa Relações de gênero na sociedade Brasileira. Fundação Carlos Chagas, Florianópolis, 1997 (mimeo).

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 11-153.



PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PEDRO, Joana (Org.) *Práticas Proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

PRIORE, Mary Del (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. RIBEIRO, Ana Paulo Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos de 1950 – 1970. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. et alli (Org.) *História e imprensa*. Representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006, p. 426-435.

ROHDEN, Fabíola. *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Coleção História e Saúde, 2003.

SCAVONE, Lucila. Les paradoxes des droits reproductifs au Brésil: avortement et stérilisation féminine. *Cahiers du Genre* n 25, Paris, L'Harmattan, 1999, p.123-138.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, v. 16, n. 2, p. 15-22, 1990.

VOLOCHKO, Anna. A mensuração da morte materna no Brasil. In: BERQUÓ, Elza (org) *Sexo e vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 229-254.